

Autora | Author**LORYNE VIANA OLIVEIRA***
loryne@gmail.com**ORIENTAÇÕES PRAGMÁTICAS E HERMENÊUTICAS NA
“VIRADA LINGUÍSTICA”: DEBATES EM FILOSOFIA DA
LINGUAGEM****PRAGMATIC AND HERMENEUTICAL GUIDELINES IN THE
“LINGUISTIC TURN”: DEBATES IN PHILOSOPHY OF
LANGUAGE**

Resumo: O objetivo deste estudo, partindo de uma perspectiva pragmática habermasiana, foi desenvolver um ensaio sobre a “virada linguística”, movimento desencadeado no fim do século XIX, que marcou profundamente o século XX e responde pelo caráter específico e inaudito da relação entre filosofia e linguagem no pensamento contemporâneo. O fio condutor do texto procura, em alguma medida, demover o leitor da crença de que a filosofia analítica da linguagem seja capaz de esgotar a ampla gama de aspectos que a linguagem estabelece com a filosofia contemporânea, bem como contribuir para a formação de uma visão mais abrangente da filosofia como discurso múltiplo, combatendo visões reducionistas. Tomamos como ponto de partida a trajetória de Ludwig Wittgenstein para articular abordagens semânticas e pragmáticas da linguagem, passando em seguida para Heidegger e Gadamer introduzidos, em linhas gerais, no ambiente hermenêutico. Analisa-se, ainda, as contribuições fundamentais de John Austin em sua teoria dos atos de fala. O ponto de chegada de nossa análise é a proposta de Jürgen Habermas, que pontua uma reflexão da linguagem no âmbito da teoria materialista da sociedade através da teoria do agir comunicativo. Ao final da leitura, sinalizamos para elementos de tensão entre orientações “continentais” e “analíticas” no pensamento contemporâneo dos problemas da linguagem.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem; Hermenêutica; Pragmática da linguagem; Filosofia Analítica.

Abstract: *The aim of this study was to develop an essay on the "linguistic turn", starting at the end of the nineteenth century, which marked the 20th century profoundly and responds to the specific and unprecedented nature of the relationship between philosophy and language in contemporary thought. The guiding thread of the text seeks, to some extent, to discourage the reader from believing that the analytical philosophy of language is capable of exhausting the wide range of aspects that language establishes with contemporary philosophy, as well as contributing to the formation of a vision of philosophy as multiple discourses, combating reductionist views. We take as a starting point the trajectory of Ludwig Wittgenstein to articulate semantic and pragmatic approaches to language, and then to Heidegger and Gadamer, broadly introduced in the hermeneutic environment. We also analyze the fundamental contributions of John Austin in his theory of Speech Acts. The point of arrival of our analysis is the proposal of Jürgen Habermas, who punctuates a reflection of the language in the scope of the materialist theory of society, through the theory of communicative action. At the end of the reading, we signal to elements of tension between "continental" and "analytical" in contemporary thinking of the problems of language.*

Keywords: *Philosophy of Language; Hermeneutics; Language Pragmatics; Analytical Philosophy.*

INTRODUÇÃO

O caminho do problema da linguagem é longo: já no *Teeteto* de Platão são escritas as primeiras linhas sobre o problema quando se intui que o pensamento e o discurso sempre têm alguma forma de referência – não se pode falar sem algo ao qual se referir; em outras palavras, a linguagem *refere*. Foi na filosofia lógica que primeiramente houve espaço maior para falar da linguagem e do mundo.

Toda essa concepção de linguagem, cuja vigência ocorreu na antiguidade clássica, idade média e moderna, é posta em xeque no século XX, com a chamada “virada linguística”, movimento desencadeado nos fins do século XIX que marcou profundamente o século XX e responde pelo caráter específico e inaudito da relação entre filosofia e linguagem no pensamento contemporâneo.

A filosofia analítica da linguagem clássica (a qual pertencem Frege, Russell e Wittgenstein) assume em geral que a linguagem é precisa e pode ser analisada nos moldes de um cálculo matemático, no qual cada signo corresponde a algo no mundo.

Essas diferentes orientações filosóficas passaram por tal reforma radical, marcada em peso pelo enfoque e reavaliação do problema da linguagem, problema antes marginal e até então do qual pouco se discutia.

O presente estudo, de cunho bibliográfico, busca desenvolver um ensaio sobre tal “virada linguística”. Um de nossos objetivos é demover o leitor da crença de que a filosofia analítica da linguagem seja capaz de esgotar a ampla gama de aspectos que a linguagem estabelece com a filosofia contemporânea, bem como contribuir para a formação de uma visão mais abrangente da filosofia como discurso múltiplo, combatendo visões reducionistas.

Tomamos como ponto de partida a trajetória de Ludwig Wittgenstein (1889-1951), protagonista do episódio que almejamos entender, para articular abordagens semânticas e pragmáticas da linguagem, passando em seguida para Heidegger e Gadamer, introduzidos, em linhas gerais, no ambiente hermenêutico. A própria divisão entre o que seria um *primeiro* e um *segundo* Wittgenstein é representativa da virada linguística: a divisão se dá em função da guinada rumo a uma percepção ampliada do fenômeno linguístico efetuada por esse

autor por decorrência da maturidade de seu pensamento.

O primeiro Wittgenstein, abalizado pelas ideias expostas no *Tractatus Logico-Philosophicus*, dizia (2008, p.131) que “problemas filosóficos advêm de problemas de linguagem e de sua formulação lógica”. É possível afirmar que o próprio objetivo perseguido nessa obra é a compreensão de como se dá a representação do mundo pela linguagem. Em tal contexto, a proposição de depuração linguística, portanto, lógica, permitiria que tais problemas filosóficos fossem endereçados e reformulados sob o prisma de uma linguagem mais apurada e precisa. A depuração lógica permitiria uma nova epistemologia que garantisse uma linguagem *alter*, uma linguagem de um *ponto de vista de lugar algum*, mas ainda assim significativa para um sujeito cartesiano¹, ou seja, lógica e idealmente intersubjetiva.

A expectativa do primeiro Wittgenstein era de dobrar o pensamento. Em outras palavras, desejava conduzir até um ponto de inflexão: pensar até que fosse impossível pensar, ou pensar até o impensável e daí até o cessar do pensamento:

Traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos: a fim de traçar um limite para o pensar, deveríamos poder pensar os dois lados desse limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado). O limite só poderá ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente contrassenso. (WITTGENSTEIN, 2008, p. 131).

As problemáticas, portanto, são: até onde vai o limite da mente humana? O que é contrassenso? Como podemos dar conta de um paradoxo? Vivemos paradoxos? Até quando negaremos a nós mesmos a coexistência de paradoxos? Oferecer uma resposta a tais problemas é fundamental, uma vez que seu *locus* de pesquisa é a metafísica, mais especificamente, a filosofia da mente, em conjunto com a neurolinguística.

Antes de considerações posteriores de linhagem analítica, devemos lembrar que a virada linguística propôs que a leitura aristotélica de homem, animal de *logos*, deixasse de ser animal racional para ser sobretudo animal de linguagem, pois é na linguagem que ocorre o estado mais avançado de nossa intersubjetividade, o que torna viável a ética, a política, a filosofia e a ontologia.

Já o segundo Wittgenstein, cujo marco referencial é a obra *Investigações Filosóficas* (2009), abandona a

1 Identificamos enquanto sujeito cartesiano o *cogito*, ou seja, um resgate do ser humano a partir de suas faculdades estritamente mentais e operatórias do ponto de vista lógico.

pretensão de buscar a essência da linguagem e denuncia o retumbante e inevitável fracasso em que qualquer tentativa nesse sentido irá incorrer. Não há qualquer essência a ser descoberta. Nesse sentido, compreende o segundo Wittgenstein que a linguagem não é homogênea, e sim um aglomerado de linguagens, empregando o seminal conceito de jogos de linguagem.

Procuraremos articular essas leituras sobre o problema da linguagem, desenvolvendo ao longo do texto um diálogo entre Wittgenstein, Habermas e Apel, passando em revista ainda alguns *insights* fundamentais da orientação hermenêutica, via Heidegger e Gadamer, bem como da tradição analítica, considerando, para tanto, as contribuições do primeiro Wittgenstein e de Gottlob Frege.

A VIRADA LINGUÍSTICA EM RETROSPECTIVA: ABORDAGENS PRAGMÁTICAS, HERMENÊUTICAS E TENDÊNCIAS A CONVERGÊNCIA

LOCKE E O PARADIGMA MENTALISTA

As reflexões sobre linguagem remontam a Locke (1979), em seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, Livro III, Capítulo 1. Lá o empirista britânico elabora uma teoria para sustentar ser o pensamento inacessível; para ele as ideias estão na mente de quem as usa:

As palavras que eram por natureza tão bem adaptadas a esse propósito, chegaram a ser usadas pelos homens como sinais de suas ideias, pois, assim, haveria apenas uma linguagem entre todos os homens, mas por uma imposição involuntária por meio da qual certa palavra é designada arbitrariamente como a marca de tal ideia. O uso, pois, de palavras, consiste nas marcas sensíveis das ideias, e as ideias que elas enunciam são seus significados adequados e imediatos. (LOCKE, 1979, p. 91).

É importante situar essa parte da filosofia de Locke dentro de seu sistema filosófico: de orientação contratualista, para ele a linguagem é uma convenção – ela é utilizada de forma comum por meio de um acordo tácito. Segue-se que o empirista constrói uma concepção tradicional de linguagem, que mais tarde será criticada pelo segundo Wittgenstein, ao passo que as referidas concepções tradicionais são fortemente representadas por Locke. Este último considerava que o aparato cognitivo não funciona aliado à linguagem: há um momento anterior à linguagem do qual o âmbito mental, de acesso individual, encontra-se isolado. É o assim chamado *conceito veicular de linguagem*, cuja introspecção solipsista confere ao sujeito acesso privilegiado ao âmbito mental, que é exteriorizado através da linguagem.

Antecessores de Wittgenstein já haviam levantado importantes críticas a tal concepção, mas nenhuma tão abrangente e revolucionária quanto a do autor do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Uma de suas principais objeções é a da possibilidade de uma linguagem privada, que nos conduz inadvertidamente à teoria da linguagem de Locke. Levando em consideração que, embora a linguagem traduza processos representacionais cujo sujeito tem acesso privilegiado, há um inegável entendimento mútuo: podemos nos comunicar pelo que seria uma milagrosa coincidência.

Já nos primeiros parágrafos do *Livro Azul* (1992), Wittgenstein enuncia suas observações acerca do paradigma mentalista da linguagem, além de articular embrionariamente alguns de seus mais célebres *insights*, como o conceito de *jogos de linguagem* e *semelhança de família* – observações estas que em seu *Investigações Filosóficas* se dirigem de forma concisa e pronunciada à visão agostiniana da linguagem, tributária de um paradigma teórico platonista² exposto por Agostinho, em *Confissões* (2004).

O paradigma mentalista fundamenta-se em uma concepção referencialista da linguagem – considera que a linguagem tem como principal função referir. A concepção referencialista, portanto, harmoniza-se com a perspectiva nominalista ou essencialista do “corpo do significado”³. Nesse mesmo arcabouço, encaixa-se o papel da definição ostensiva. Dentro do paradigma mentalista, a concepção referencialista deveria responder de forma unívoca ao problema do significado; mas não o exaure, constituindo uma das etapas na qual o problema do significado se desenvolve.

Wittgenstein lembra que muitas vezes a definição ostensiva nos embarça, quando, por exemplo, procuramos a definição de tempo. A insuficiência primordial de um sistema de análise da linguagem – ou principalmente do significado – baseado estritamente na definição ostensiva, é sua eficácia restrita a contextos de aprendizagem⁴. Essa tendência, para Wittgenstein, remonta à filosofia medieval, e é algo que perseguiu a filosofia até então⁵.

2 Não é consensual que a referida passagem de Agostinho, objeto de análise de Wittgenstein nas *Investigações* seja representativo de sua percepção acerca do tema em voga. Bearsley (1983) e Huber (2001) saem em defesa do filósofo patristico para afirmar que o conjunto de sua obra reflete articulações bastante sofisticadas sobre o tema da linguagem

3 Referente ao entendimento de que para cada palavra sempre há uma referência no sentido fregeano, exposto em Frege em 1892.

4 A definição ostensiva deve ser relativizada, o que vale dizer que seu emprego se restringe somente ao contexto de um processo de aprendizagem, e que fora dela seu êxito fica comprometido, já que depende de forma intrínseca da prática da linguagem, do uso e de suas regras intersubjetivas

5 É a tendência a buscar o *quid*, que tão fortemente marca a filosofia medieval, sobretudo relacionado ao que Wittgenstein entende por um instinto de generalidade caracterizado por tentar explicar tudo com um mesmo modelo – já presente de forma pronunciada em Platão – fenômeno que está no nascimento da metafísica.

O paradigma mentalista traz consigo o que se revela pela pressuposição de um mecanismo psíquico de associação de imagem às coisas. Esse mecanismo de associação é sustentado por uma série de outros pressupostos, tais como os de que a compreensão da regra precede seu uso – intuição esta que é refutada por Wittgenstein no exemplo da mancha amarela⁶, em que é feita uma prova categórica contra o mentalismo. Wittgenstein mostra que embora possa ocorrer o tipo de funcionamento ditado por esse paradigma – de uma mediação da representação entre linguagem e pensamento – não é sempre o caso, sendo somente um resquício de nossa tendência imagética, pictórica.

A CRÍTICA DE WITTGENSTEIN AO MODELO MENTALISTA

Wittgenstein combate esse modelo tradicional propondo o conceito de jogos de linguagem. Estes acabam por revelar sua insatisfação com a tendência de generalizar modelos explicativos, inovando no sentido de respeitar a particularidade, a singularidade, de cada caso. O conceito é sustentado – de forma diferente ao longo da maturidade da filosofia wittgensteiniana – por um vínculo interno entre aprendizagem da língua e seu uso.

O filósofo enxerga uma relação isomórfica entre o aprendido e a inserção numa vida comunitária articulada pela linguagem. A diferença entre o conceito exposto no *Livro Azul* e o conceito mais tardiamente presente nas Investigações é que, no primeiro, Wittgenstein expressa que a noção de jogos de linguagem se vincula à ideia de um registro linguístico primitivo, pelo qual habilitamos o uso de determinados signos, mas com estruturas primitivas. Já no segundo, a linguagem se compõe em toda a complexidade de uma espécie de superposição de formas mais primitivas, que são os próprios jogos de linguagem.

Nesse sentido, a construção do paradigma tradicional da linguagem se dá pela primazia da função referencial – aquela que entendemos por um nome ser essencialmente designativo, tal nome é, em última instância, algo que serve ao propósito de nomear, de referir. Logo, a palavra “mesa” ou “cadeira” funciona como um nome próprio, da mesma forma que “Adão” ou “Eva” são nomes próprios⁷.

6 Neste exemplo, fornecido por Wittgenstein (2005), discute-se acaso desprovido de atividade visual; o *sentido* de algo como “Posso ver uma mancha amarela sobre um fundo vermelho” seria preservado.

7 Essa noção parece gerar um incômodo que é manifesto pela metafísica medieval: já que “mesa” é um nome próprio, o que faz algo ser “mesa”? Em última análise, qual a essência de “mesa”, aquilo que nela não pode faltar e que une todas as outras coisas que “respondem” pelo nome de “mesa”? É neste sentido que nos referimos anteriormente às perspectivas nominalistas e essencialistas.

Essa análise privilegia a proposição em detrimento da palavra, já em claro desacordo com a concepção referencialista da linguagem. Proposições exprimem estados de coisas/pensamentos completos. Assim, a palavra constrói seu significado de acordo com seu papel na construção de proposições verdadeiras.

Frege (1892) lança mão do princípio do contexto – uma palavra adquire significado dentro de um contexto. Em seu célebre artigo *Sobre o Sentido e Referência*, o filósofo matemático busca solucionar os problemas advindos da adoção da Lei de Leibniz segundo a qual se $a=b$, então sempre que houver “a” pode-se substituir por “b”. A referida lei distingue o sentido – que fica entre a representação e o objeto em si, ou seja, é como se apresenta o objeto – e a referência – o que é apresentado pelo signo, é propriamente o objeto ao qual se refere. É consenso que o primeiro Wittgenstein aprimora a intuição analítica através de uma vinculação entre linguagem e mundo, com a *teoria da pictórica da linguagem*, que prescreve entre esses elementos uma afiguração, ou seja, uma relação biunívoca.

A teoria pictórica legitima a função *formadora de mundo* da linguagem: a linguagem estabelece o limite do que pode haver. Posteriormente, Wittgenstein submete seu pensamento a uma profunda reforma de orientação pragmática, mas continua tendo destaque a função *formadora de mundo* que a linguagem possui. A linguagem constrói uma relação ontológica – o que há é o comportamento intrassubjetivo regido por regras, tornando a linguagem uma prática regrada. O ingrediente que faltava, acusa Jürgen Habermas (1998), é o célebre advento dos jogos de linguagem.

O conceito de jogos de linguagem traz à tona a dimensão da ação em detrimento da dimensão representativa, importando numa verdadeira radicalização da diferenciação fregeana entre representação e sentido, revelando o crucial papel representado pelas regras: sua observância insere o indivíduo numa prática intersubjetiva, assim como sugere a análise de Habermas do desenvolvimento da orientação analítica da linguagem.

A PERSPECTIVA HERMENÊUTICA

Com a virada linguística, outro polo da filosofia que se volta para o problema da linguagem é a hermenêutica. Tal orientação, fundamentalmente representada por Heidegger (1967, 1988) e Gadamer (1999, 2002), apoia-se no privilégio da função de *abertura ao mundo* da linguagem, constituindo-se em uma linguística orientada para os conteúdos, na qual há um trato especial das formas de vida inerentes à totalidade da língua natural.

A Hermenêutica, portanto, leva em conta o processo temporal/histórico envolvido na linguagem e no significado: a linguagem é a marca de nossa finitude, pois não podemos dispor totalmente do instrumental por ela fornecido.

Heidegger (1988) elabora através do *Dasein*, uma analítica existencial, seu caminho até um destino semelhante: o mundo está limitado pelas possibilidades linguísticas, como já havia intuído Humboldt (MUELLER-VOLLMER, 2011). Heidegger ancora a inserção de todos os processos de compreensão no processo de compreensão da pré-compreensão.

Se, por exemplo, atribuímos ao carro em que finalmente chegamos nossos convidados a propriedade “azul”, determinamos esse veículo como azul. Desse “como predicativo”, Heidegger distingue o “como hermenêutico”, ligado à concepção prévia, mas implícita, de mundo como um todo. O golpe estratégico, com o qual Heidegger pré-julga tudo o que se sucede, é a subordinação do “como predicativo” ao “como hermenêutico”, com sua origem na organização categorial do ente como um todo⁸.

HABERMAS E A PRAGMÁTICA FORMAL COMO MEDIÇÕES ENTRE AS VERSÕES DA “VIRADA LINGUÍSTICA”

Para continuarmos nossa análise, é importante recorrer ao valioso balanço das aporias entre as vertentes representadas por Heidegger e Frege, feito por Habermas, embora seja importante salientar que Habermas não se presta a tal análise de forma gratuita, e sim a faz funcionar em prol de um projeto maior, a saber, sua proposta filosófica intitulada *pragmática formal*, que pretende reconstruir problemas tanto de filosofia prática quanto de filosofia teórica, proposta desenvolvida com ajuda de Apel (2000).

Habermas começa por apresentar as diferentes orientações disponíveis de acordo com suas relativizações impróprias, insuficiências, unilateralidades, enfatizando principalmente o fato de que nenhuma das duas orientações esgota o problema da linguagem em sua abrangência e complexidade. Habermas recorre a Wilhelm von Humboldt (1767-1835) para fazer tal construção.

Habermas vê em Humboldt uma tripla articulação entre as funções da linguagem: comunicativa, expressi-

va, e cognitiva – interpretação que simboliza uma pragmatização das estruturas de consciência herdadas da filosofia crítica kantiana. Humboldt (apud HABERMAS, 1998) afirma haver um “horizonte de sentido projetado por uma língua”. Tal horizonte é o contorno do mundo da nação; os limites do mundo se encontram com os limites de outras culturas, de forma que, ao se sair de um, encontra-se necessariamente em outro.

Esse arcabouço conceitual utilizado por Humboldt conduz à noção de língua como o órgão formador do pensamento. Habermas irá classificar tal sistema como holístico: concepções holísticas em geral enfrentam problemas ao lidar com a palavra fora de frases ou contextos. Palavras, frases, contextos, são um todo articulado cujo sentido é engatado diretamente com sua forma de relacionar-se.

Outra insuficiência na concepção de Humboldt é promover a conciliação entre a língua como estrutural para a forma de vida de uma sociedade e a função cognitiva da linguagem, e destaca ainda a clara contraposição entre a visão transcendental da linguagem e uma perspectiva instrumentalista de linguagem como comunicação, para a qual a linguagem opera a comunicação, como no supracitado paradigma mentalista.

Para o fundador da Universidade de Berlim, discursos racionais transcendem as imagens particulares de mundo, muito embora sua teoria não forneça explicação razoável para esse processo. A tradição hermenêutica cobre essa mesma insuficiência com a compreensão acerca de outras formas de vida.

Ainda assim, nem Humboldt, Heidegger ou Gadamer respondem de forma razoável a tópicos importantes em linguagem: como ocorre a apreensão vertical de fatos no mundo de forma objetiva? Como adquirimos conhecimento a partir da verdade de enunciados? Como responder ao problema das condições de referência? Como é possível a construção do conhecimento científico? Em outras palavras, problematiza-se dentro da hermenêutica uma tensão entre o particularismo da abertura linguística ao mundo e o universalismo da *práxis* do entendimento mútuo, orientada para as coisas.

HABERMAS NO ENCALÇO DAS ORIENTAÇÕES HERMENÊUTICA E ANALÍTICA

O último representante da Escola de Frankfurt aponta como grande responsável pelo distanciamento entre hermenêutica e lógica a desconfiança que paira na origem da análise feita pela vertente representada por Gottlob Frege; nomeadamente, a cisão entre enunciado, proferimento e contexto de fala.

8 O descobrimento oriundo dos enunciados ou dos juízos de descobrimento proposicional/predicativo são discutidos em “Sobre a essência do fundamento”. Para o autor, o descobrimento predicativo não pode assumir uma pretensão de “ser o descobrimento primário de entes”. Apesar do enunciado descobrir, ele se funda no descobrimento pré-predicativo. Na mesma linha do exemplo de Gorner (2007), interpretamos uma vassoura como vassoura, sendo o “como”, portanto, pré-predicativo – atendendo pelo “como hermenêutico”. Esse último “como” se contrapõe ao apofântico, para o qual o ente é descoberto como o ente que é, por exemplo, “varrer com a vassoura”.

De um lado, temos Frege, que negligenciou a função comunicativa em detrimento da função referencial e, do outro, Heidegger, que desprezou os elementos de uma pragmática formal em Humboldt, na leitura de Habermas, para acentuar a semântica de “estruturas e nexos de sentido do tipo categorial”. A polarização torna claro que ambas, hermenêutica e analítica, pecam no mesmo sentido – uma limitação a aspectos semânticos.

Mas a semântica de conteúdos procede de maneira holística e faz a mesma abstração que a semântica de enunciados, que opera de maneira elementarista. Ambas tratam a pragmática da fala como algo derivado. Em todo caso, as orientações em voga não constatarem que as propriedades estruturais da fala discursiva possam dar uma contribuição própria à racionalidade do entendimento mútuo.

Hermenêutica e analítica, com diferentes argumentos, conduzem à mesma insuficiência: de um lado, a pretensão de que os processos de referência e predicação são sobredeterminados pela abertura ao mundo e, de outro, a pressuposição de que proposições têm correspondência biunívoca com fatos no mundo.

Habermas acredita que ambas as teorias são insuficientes ao primar pelo aspecto semântico da linguagem em detrimento de suas funções mais enfaticamente pragmáticas, de estrutura formal da fala e conversação; logo, não inclui em suas respectivas análises a relevância de processos intramundanos de entendimento mútuo – a intersubjetividade –, numa sobreposição insuperável da semântica à pragmática.

O PROGRAMA DE KARL-OTTO APEL PARA UM CONCEITO DE LINGUAGEM

Para Karl-Otto Apel (1922-2017), a filosofia deve responder à multiplicidade de orientações relativas à linguagem com um conceito filosófico de linguagem. Assim, seu programa pretende trazer um conceito mais completo e abrangente, partindo justamente dessa pluralidade de tratamentos destinada à linguagem. Para tanto, Apel (2000) assume usar uma perspectiva hegeliana na construção de seu conceito transcendental hermenêutico de linguagem.

As condições da construção do conceito de linguagem são estabelecidas por Apel. Primeiramente, ele pretende articular duas dimensões fundamentais da linguagem de forma dialética – quais sejam a, dimensão comunicacional e a dimensão cognitiva, compreendendo que ora a linguagem exacerba uma função, ora outra, embora exerça ambas simultaneamente. A segunda condição é o dever de reconstruir o significado do transcendental fora de seu âmbito originário – a teoria da

consciência no estilo kantiano. Para isso, Apel se utiliza da teoria de Noam Chomsky, a fim de fundamentar a transformação da competência linguística em competência comunicacional.

As supracitadas intuições hegelianas do projeto de Apel basicamente consistem em fazer valer, do ponto de vista do discurso filosófico sobre a linguagem, a ideia hegeliana de uma universalidade concreta, segundo a qual é preciso agir possibilitando um deslumbre na unidade e diversidade dos contrários discursos sobre a linguagem.

Só a adoção de tal tática pode propiciar o âmbito de uma autorreflexão da própria linguagem que permita a reflexão entre suas diferentes orientações. Contrariamente a isso, ao se prender em um só âmbito de tratamento da linguagem, seja ele hermenêutico ou analítico, remete-se a um período anterior a Kant dentro da mentalidade ocidental.

O programa de Apel (2000) é desenvolvido por Habermas, que assume, dentro da filosofia da linguagem, a perspectiva da unidade na diferença, que assumimos ser capaz de fornecer uma autorreflexão crítica acerca dos próprios pressupostos linguísticos da filosofia. Esse programa corresponde ao projeto habermasiano de uma pragmática formal e à teoria do agir comunicativo.

Habermas assume que o comportamento de estranheza da hermenêutica quanto às perspectivas científicas decorre diretamente da ausência de tal conceito filosófico de linguagem. Ambos partem de uma ideia hegeliana-marxista do “estranhamento”, para a qual a filosofia tornou-se incapaz de abrigar impulsos tipicamente científicos. Também recorrem à ideia de superação, de conservar a multiplicidade dos registros num patamar mais elevado e amplo.

Habermas (1981) pretende que a filosofia da linguagem se vincule a uma atitude crítica, que forneça categoricamente um diagnóstico de época. Ao enxergar as insuficiências e unilateralidades nas orientações hermenêutica e analítica, volta-se contra a neutralização da independência entre perspectivas linguísticas e propõe a inserção de uma reflexão da linguagem no âmbito da teoria materialista da sociedade. As fronteiras da filosofia da linguagem devem encontrar-se com as fronteiras dos dois marcos teóricos por ele estabelecidos, respondendo enfaticamente a dois problemas:

O problema da autonomia dos processos mundanos frente às nossas definições: é a questão epistemológica do realismo – que supõe um mundo independente das descrições: como conciliar a suposição de um mundo independente de descrições ao mundo cognitivo

idêntico para todos observadores e, em geral, independente de nossas definições.

Conciliar numa relação dialética a função linguística de abertura do mundo às funções linguísticas vinculadas a processos intramundanos dialetizados.

É nessa relação dialética de (b) que Habermas vê a pertinência de uma filosofia contemporânea da linguagem, embora possua uma motivação que excede os escopos da filosofia da linguagem: vincular uma reflexão linguística a uma teoria materialista da sociedade, dando conta de explicar de maneira objetiva, em que consistem os processos de modernização sofridos pelo ocidente.

HABERMAS E A TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO: EM BUSCA DE UMA ALTERNATIVA

Para o herdeiro da Escola de Frankfurt, uma teoria do agir comunicativo pretende colocar a reflexão sobre a linguagem em um quadro mais amplo da teoria crítica da sociedade. Ele também tenciona posicionar seu projeto como uma alternativa ao abandono do projeto moderno, que teve início em Heidegger e é levado a termo pelo pós-estruturalismo francês, concretizando os impulsos hegelianos por trás da proposta de Apel (2000, p.80):

A "técnica" não pode assumir os aspectos de tal "destino do Ser", senão porque a crítica da metafísica, por meio da qual Heidegger se opôs ao pensamento da filosofia do sujeito, repousa na concepção da abertura linguística ao mundo.

Habermas intui que o *a priori* do sentido, tipicamente hermenêutico, tende a nos levar à percepção equivocada da modernidade, numa crítica ao conceito de epocalidade em Heidegger, já que a técnica é inapelável – sobre o que não podemos refletir. Propõe, portanto, uma relação dialética entre a função de “abertura do sentido” e os processos intramundanos a que correspondem a criação linguística de capacidade – quais sejam, a cognição objetual e os processos sociomoraes.

PERFORMANCE E ATO ILOCUCIONÁRIO EM AUSTIN

Nesta seção, esperamos empreender a derradeira análise teórica em prol da consecução de nosso objetivo, qual seja, a apresentação das contribuições da Teoria dos Atos de Fala para uma visão ampla da linguagem e suas contribuições para a constituição de uma orientação pragmática.

No célebre *Quando dizer é fazer*, John Langshaw Austin (1911-1960) trata de uma visão performativa da

linguagem que distingue categoricamente proferimento performativo e proferimento constativo. Nomeada Teoria dos Atos de Fala, procura compreender diferentes proferimentos como fazendo emergir uma dimensão diferente da linguagem. Essa teoria busca associar o significado de um proferimento ao uso.

Tais traços da Teoria dos Atos de Fala aproximam de uma visão da linguagem que delega um papel fundamental às normas convencionadas publicamente, como é a teoria de Austin. A visão performativa da linguagem entende a sentença como algo indiferente ao seu uso. O termo proferimento irá sedimentar a intuição wittgensteiniana de considerar a sentença segundo seus diversos usos.

A visão performativa, inovadora, pretende fazer na filosofia da linguagem algo análogo ao que Kant fez no quadro da filosofia da consciência. Proferimentos performativos não podem ser considerados em sua validade termos de verificação. É necessário identificar outra dimensão de validade para eles, qual seja, a componente ilocucionária do engajamento em práticas intersubjetivas, convencionais. Essa nova dimensão de validade dos performativos é analisada através de uma teoria do êxito dessas performances.

Austin pretende encontrar uma dimensão autônoma do sem-sentido, uma dimensão de validade não ligada estritamente à correspondência aos fatos, em um combate ao arraigado preconceito de que a fala sempre descreve um estado de coisas. É o que o Austin chama de *falácia descritivista*.

A preocupação de Austin se revela através da intuição de que certas palavras não têm função puramente referencial: não há só uma relação signo-coisa, mas também uma relação signo-falantes. Temos de ser capazes de permitir a diversificação das esferas de sentido, isto é, deve haver uma alternativa à dimensão do sem-sentido, muito cara ao Círculo de Viena e mesmo ao primeiro Wittgenstein.

É o que ele deseja fazer para responder o dogmatismo do verificacionismo. Seu programa relativiza a ênfase da descrição – proposições não são em geral descritivas. Descritivo é o uso que fazemos de nossas sentenças; logo, sentença se difere de proferimento. Proferimento corresponde à emissão de determinadas sentenças por falantes, situação e fins concretos.

Em circunstâncias adequadas, proferimentos são ações. *Dizer* pode ser *fazer* em muitos sentidos. Tomemos, por exemplo, o proferimento "sim" diante de um juiz de paz. Cada um dos proferimentos implica uma ação, cuja eficácia depende não apenas do sujeito que as profere, mas também de uma série de condições. A

depende da circunstância, um “sim” diante de um juiz de paz pode alterar seu estado civil.

A teoria dos atos de fala (AUSTIN, 1975) atua precisamente com esses fins, reclamando uma dimensão de validade da linguagem autônoma, independente da correspondência aos fatos. São dimensões de mesmo ato de fala que são exacerbadas dependendo da circunstância concreta de emissão do proferimento:

- a) **Locucionária** – é parte do escopo dos proferimentos constatativos, ou seja, aqueles cuja utilização da linguagem se coaduna com a ideia de sentido como referência/valor de verdade. É a concepção clássica de significado da semântica formal. À sentença, é atribuído papel eminentemente descritivo; e à linguagem, papel referencial. Proferimentos locucionários harmonizam-se à tese da verdade como correspondência.
- b) **Ilocucionária** – corresponde ao componente do proferimento que especifica como o ouvinte deve entender o conteúdo proposicional. É a concorrente pragmática; não diz respeito à relação entre linguagem-mundo ou entre a sentença e o estado de coisas afigurado por ela, e sim às nossas relações com a sentença. Essa relação deve se dar com as práticas sociais convencionais, é uma adesão ao sentido cooperativo, no sentido de uma regulação intersubjetiva. Efeitos tipicamente ilocucionários são intrínsecos à força convencional do proferimento.
- c) **Perlocucionária** – de caráter extrínseco à força convencional do proferimento, efeitos extrínsecos ao ato ilocucionário. É uma decorrência da prática convencional em questão. Um exemplo que ajuda a discernir o perlocucionário do ilocucionário é o da promessa. Promessa é uma prática que possui uma regulamentação convencional, ou seja, possui regras de prática social.

A título de exemplo sobre cada uma das dimensões acima, podemos citar um proferimento que apresenta uma promessa. A promessa em si não abrange, por exemplo, um convencimento, uma persuasão, enquanto a possibilidade de resgate de uma promessa; essa, sim, é interna à própria prática convencional, assim chamada promessa. A persuasão pode ser indicada como a dimensão perlocucionária do proferimento que promete. O fato de uma promessa não reproduzir estados de coisa não nos faz excluí-la de uma regulamentação convencional.

A linguagem, na teoria de Austin, sempre está articulando o objetivo e o intersubjetivo, pretendendo mostrar a impossibilidade de uma teoria da linguagem que não considere todas essas dimensões. A ideia do autor é de que mesmo os proferimentos, cuja constitui-

ção é mais marcadamente descritivista – como, por exemplo, as declarações sobre estados de coisa – possuem uma componente intersubjetiva e levantam pretensões de validade. Portanto, o autor ensaia uma concepção pragmática da verdade. Verdade pragmática não no sentido de que a verdade corresponda a maior proveito do que está contido no mundo, mas sim que temos de levar em conta, mesmo nas asserções acerca dos fatos, os elementos puramente pragmáticos, ilocucionários.

Os atos de fala, articulando objetividade e intersubjetividade, fornecem um maior grau de concretude ao conceito wittgensteiniano de uso. Não é o caso de apontar de forma unívoca cada ato, mas sim de identificar melhor o que acontece em cada proferimento.

A autonomia da gramática conduz a um apriorismo do sentido, que desqualifica a tese do realismo epistemológico. Afinal, se o significado está saturado de um convencionalismo de fundo, não são necessárias preocupações maiores com a correspondência entre as nossas asserções e os fatos no mundo, de uma independência do mundo frente às nossas descrições.

Austin apresenta uma tipologia mais coesa, que, ao tentar articular perspectivas locucionárias e ilocucionárias de forma não unilateral, foge do puro convencionalismo e abre as portas para pensar o discurso científico como levantando pretensões de validade, resgatáveis criticamente. Assim, o discurso sobre os fatos tem uma componente eminentemente performativa, intersubjetivamente resgatável. Aquele que declara fatos submete seu comportamento a resgate por parte do outro. Austin reequilibra os polos da linguagem ao dar esse passo decisivo em direção a uma articulação não unilateral entre representação e comunicação.

Assim em Austin, as declarações aparecem parcialmente sobredeterminadas pelas circunstâncias pragmáticas de contorno, isto é, a situação linguística deve ser analisada como um todo. Embora proponha um conceito pragmaticamente matizado de correspondência aos fatos – que assimila à componente ilocucionária da linguagem –, sua teoria da verdade não refuta a pretensão enfática à verdade. Tal pretensão é associada ao conceito de verdade como correspondência, num viés pragmático.

Assim, a pretensão de verdade das declarações são pretensões de validade para o que está sendo dito, resolvendo o paradigma solipsista ao qual se vincula o verificacionismo, ao sugerir que podemos enumerar as condições de verificabilidade do sentido de uma proposição sem recorrer a elementos puramente linguísticos ligados à interpretação. A verificabilidade dos fatos não se dá num ambiente extralinguístico.

Na teoria proposta por Austin, a objetividade de uma declaração está vinculada às boas razões e às provas adequadas que se podem fazer com os performativos. Neles, uma determinada prática cooperativa é deflagrada apenas se seu intérprete for uma autoridade imbuída socialmente da emissão de pretensões de validade acerca da prática em questão; ou seja, a deflagração da ordem proferida depende do direito, da reivindicação erguida pela autoridade que orchestra a prática.

Declarações de um intérprete engajam o interlocutor em um discurso acerca dos fatos que reclama objetividade. É preciso que o interlocutor reconheça as razões alegadas implicitamente como válidas no momento que o intérprete pretende validade objetiva para o que ele fala.

Austin (1975) opera uma ampliação do horizonte do verificacionismo rumo a uma racionalidade intersubjetiva, trazendo uma dimensão pragmática da correspondência. A verificação de uma proposição depende de tal reconhecimento, como um resgate por parte do interlocutor. Sinteticamente, a contribuição do autor em tela é:

Sua crítica cabal ao verificacionismo: a verificabilidade não é independente da linguagem enquanto elemento interpretativo. Fatos são interpretados por meio da linguagem, dependem do conhecimento articulado linguisticamente. Dessa forma, no lugar da suposição de uma correspondência neutra aos fatos, há uma mediação do meio linguístico. A pretensão de validade veritativa é relacionada às razões erguidas pelo falante ao endereçado.

Teoria da verdade: a verdade deve acondicionar a pretensão de adequação aos fatos e a tendência de perceber como as declarações e o aporte semântico da linguagem estão sobredeterminados por circunstâncias pragmáticas de contorno.

CARACTERIZAÇÃO DA PRAGMÁTICA HABERMASIANA

Qualquer tentativa de fazer uma filosofia da linguagem sem perceber a cooriginalidade entre a função comunicativa e a função representacional é insuficiente. Habermas (1976) constrói sua noção de significado, para a qual a teoria dos atos de fala é essencial, apontando as aporias das perspectivas mais significativas do significado. São elas:

I. **Intencionalista** – O significado é apreendido da intenção do falante, o que tem por corolário que o significado nada deve às convenções acionadas ao emitir enunciados. As convenções são somente um veículo da intenção dos falantes; a constituição do signifi-

ficado é estritamente mental – exterior à linguagem, e se dá numa espécie de antecâmara da linguagem. A linguagem não tem autonomia. Qualquer abordagem que apele para tal paradigma corre o risco de cair sob o problema da linguagem privada, cuja solução foi proposta pelo segundo Wittgenstein. Outro aspecto muito criticado é o fato de o significado, quando gerado pela intenção, instrumentalizar a linguagem e o mundo. Em outras palavras, a linguagem é concebida como instrumento de poder.

II. **Semântica formal** – O significado é independente da intenção do falante. As regras do sistema linguístico são privilegiadas em detrimento das demais dimensões da linguagem. As redes de significado são as constituições intersubjetivamente válidas e logicamente corretas das enunciações. A própria estrutura lógico-gramatical da linguagem responde pelo significado. A verdade das proposições é assegurada pela sua correspondência aos fatos, e seu significado é a correspondência desta com estados de coisas. A compreensão de proposições se dá a partir de seu método de verificação. Está representada por Frege, pelo primeiro Wittgenstein e pelo Círculo de Viena, os assim chamados verificacionistas.

III. **Significado como uso** – Representada fortemente pelo segundo Wittgenstein, esta perspectiva coloca o significado como determinado pelo seu uso nos diferentes jogos. Embora o significado seja, de certa forma, flexível e pertencente a determinado contexto, o significado não é somente a intenção do falante. Em outras palavras, a vagueza geral da teoria wittgensteiniana do uso só não deve se assemelhar a uma concepção intencionalista, já que para Wittgenstein, a intenção do falante é pré-determinada por convenções não linguísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa jornada passando em revista as colocações de um primeiro Wittgenstein, comprometido com um paradigma analítico que inspirou as ideias discutidas no Círculo de Viena, para quem problemas filosóficos são oriundos de problemas da linguagem, sendo esta uma investigação necessária.

Em seguida, apresentamos as formulações modernas do paradigma mentalista, sob os cuidados do contratualista John Locke, apresentando as principais aporias geradas a partir da radicalização desse paradigma e as críticas tecidas por Wittgenstein, culminando na proposição dos jogos de linguagem. Em detrimento da perspectiva tradicional para a qual há uma primazia da

função referencial, os jogos de linguagem privilegiam a aprendizagem da língua e seu uso.

Com a orientação hermenêutica, a ênfase recai sobre a linguagem enquanto marca de nossa finitude e possibilita a abertura ao mundo. As críticas dessas perspectivas, sobretudo habermasianas, dão-se em função de sua insuficiência em dirimir a tensão entre o particularismo da abertura linguística ao mundo e o universalismo da *práxis* do entendimento mútuo orientada para as coisas.

Apresentamos então o programa de Apel, que, em certa medida se dá em proveito da perspectiva habermasiana, para, na sequência, apresentar a própria orientação pragmática desde a teoria do agir comunicativo. A teoria dos atos de fala é introduzida em nosso universo para que possamos aquilatar a leitura feita por Habermas e as contribuições que aquela dá à orientação pragmática da linguagem.

Habermas – interessado em contextos vitais socioculturais como elementos determinante do significado – toma como ponto de partida a teoria do significado como uso, mas atentando para a confusão que Wittgenstein faz entre validade social e validade em geral. Para o segundo Wittgenstein, há um nivelamento entre validade – que se pauta pela transcendência interna a partir da imanência da própria linguagem, ou seja, uma validade que levanta pretensões associadas ao conceito enfático de verdade – e facticidade, isto é, a validade social.

Habermas objeta então, como já sugeria Austin, que não é preciso renunciar à pretensão enfática à verdade em uma teoria pragmática da correspondência. A teoria pragmática formal responde, então, por uma teoria das pretensões de validade resgatáveis discursivamente, dialogicamente, como ponto de vista capaz de neutralizar as tendências de Wittgenstein ao ajustar as descobertas da teoria dos atos de fala.

Assim, perguntar-nos sobre onde encontrar esse resgate de pretensões de validade – não do ponto de vista de um mundo particularizado em seus direcionamentos, tanto cognitivos ou normativos – implica que esse mundo já vem pronto. Habermas acredita que não precisamos seguir o que faz a tradição hermenêutica ao tratar a linguagem como superação epocal de uma cultura platonicamente alienada, tampouco precisamos adotar cegamente Heidegger ou Wittgenstein em suas aporias.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. Trad. Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel. Imprensa Nacional-Casa Da Moeda. Lisboa, 2004.
- APEL, K-O. **Transformação da Filosofia: o a priori da comunidade de comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2000.
- AUSTIN, J. **How to do Things with Words**. Oxford University Press: New York, 1975.
- DUMMETT, M. **Ursprunge der analytischen Philosophie**. Frankfurt: a. M, 1988.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. 1892. In: ALCOFORADO, PAULO (org. e trad.). **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978.
- GADAMER, H. G. **Verdade e Método – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- _____. **Verdade e Método II: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.
- GORNER, P. **Heidegger's Being and Time: An introduction**. Cambridge: Cambridge UP, 2007.
- GRICE, H. P. **Studies in the Way of Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- HABERMAS, J. ¿Qué significa pragmática universal? 1976 In: **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. 2. ed. Madrid: Cátedra, 1994. p. 299-368
- HABERMAS, J. [1981] **The theory of communicative action: reason and the rationalization of society**. Tradução de Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984.
- HABERMAS, J. [1996] Racionalidade do entendimento mútuo: explanações sobre o conceito de racionalidade comunicativa segundo a teoria dos atos de fala. In: **Verdade e Justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2004, p. 99-132.
- HABERMAS, J. [1998] Filosofia hermenêutica e filosofia analítica: duas versões complementares da virada linguística. In: **Verdade e Justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2004, p. 63-98.
- HEIDEGGER, M. **Carta Sobre o Humanismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Coleção Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

OLIVEIRA, M. A. **A reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Vozes, 2001.

HUMBOLDT, W. V. In: MUELLER-VOLLMER, K. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/wilhelm-humboldt/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **O livro azul**. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. **Observações Filosóficas**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CURRÍCULO

* Mestrado em andamento em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Goiás (2017-atual), desenvolvendo pesquisa sobre Educação Científica e Tecnológica na perspectiva dos estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Licenciatura em Filosofia pela Universidade de Brasília (2012), com ênfase em Epistemologia e Filosofia da Ciência, tendo realizado pesquisa de iniciação científica na área. Foi bolsista, entre 2011-2012, do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) de Filosofia da UnB. Especialização em Metodologia de Ensino de Filosofia pela Universidade Cândido Mendes (2016). Associada à Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (D 201) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) desde 2014, atualmente em exercício no *Campus* Estrutural.